

São Paulo, 19 de maio de 2016
SBPC-074/Dir.

Excelentíssimo Senhor
Senador RENAN CALHEIROS
Presidente do Senado Federal
Brasília, D.F.

Senhor Presidente,

A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência e a Academia Brasileira de Ciências vêm manifestar sua posição contrária à aprovação na íntegra da PEC 143/ 2015, que prevê permitir à União, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios desvincular 25% dos recursos fixados na Constituição Federal para saúde, ciência e tecnologia e outras áreas específicas no período de quatro anos. A proposta foi apresentada originalmente em novembro do ano passado pelo senador Dalirio Beber (PSDB-SC).

Entendemos a justificativa da proposta de emenda temporária à Constituição, devido ao momento de profunda recessão econômica porque passa o País. Sabemos também que, principalmente estados e municípios, além da União, têm encontrado dificuldade para cumprir com os pagamentos do elevado volume de despesas obrigatórias e do alto grau de vinculação das receitas orçamentárias. Reconhecemos, ainda, que é grande a possibilidade de convivemos com essa recessão por tempo ainda difícil de ser determinado.

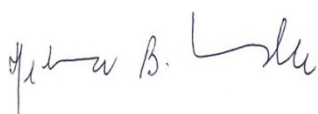
No entanto, mesmo em momentos de crise, e principalmente nesses momentos, o País não deve recuar de seus programas e investimentos nas áreas de Saúde, Ciência e Tecnologia. Uma sociedade que já enfrenta o assombro diário do desemprego, a insegurança, e a deficiência dos serviços públicos, não pode também ser prejudicada em seu direito de acesso aos serviços na área da saúde. Direito este imbricado ao próprio direito à vida.

Os recursos que a União, os estados e municípios destinam e investem em Ciência e Tecnologia necessitam de fluxo contínuo e permanente de investimentos, para que programas e projetos, muitos deles estratégicos para o País, não sofram descontinuidade. Como sabemos, as atividades em Ciência e Tecnologia requerem longos prazos de pesquisa e desenvolvimento, em setores fundamentais como a própria saúde (medicamentos), a alimentação (pesquisas na agricultura e pecuária), além de tecnologias de ponta em áreas como energia, telecomunicações e aeroespacial.

Assim, requeremos que essa Casa Legislativa considere firmemente a retirada das áreas de Saúde, Ciência e Tecnologia da PEC 143/2015. Felizmente já não consta da proposta a área de Educação. Entendemos que as três outras áreas, pelas quais fazemos este pleito, têm peso e importância semelhantes para o desenvolvimento do Brasil e o bem estar de toda a sociedade.

Com a certeza de contar com o empenho de V. Excia., apresentamos nossos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



HELENA B. NADER
Presidente da SBPC



LUIZ DAVIDOVICH
Presidente da ABC